

ATA DE REUNIÃO Comissão Temática de Habitação do ConCidades	
Data: 01/08/2012	Hora: 9:00h
Local: Sala da Diretoria do IDURB	
Pauta: Apresentação da Política nas esferas de governo e direcionamento dos trabalhos da Comissão.	

Discussões
<ol style="list-style-type: none">1. Helena Zorzal, coordenadora da Comissão, deu início à reunião informando sobre a apresentação preparada pela Secretaria Geral com o objetivo de nortear a definição do assunto a ser focado pela Comissão. Comentou que também não poderíamos esquecer as demandas oriundas na reunião do Plenário do ConCidades que ficaram sob a responsabilidade da Comissão.2. Em seguida, a assessora Ana Carolina iniciou sua explanação apresentando a pauta da reunião:<ul style="list-style-type: none">• Apresentação do panorama da Política Habitacional nas três esferas de governo;• Discussão sobre os desafios apresentados e definição do foco de trabalho da Comissão Temática;• Análise e discussão do texto para a Resolução Recomendada à Prefeitura Municipal da Serra;• Assuntos gerais.Ana Carolina apresentou o panorama da Política Habitacional na esfera federal, destacando as diretrizes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e os critérios para aplicação de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), ambos criados pela Lei Federal 11.124/2005.3. Neste ponto, o conselheiro Nicchio frisou o não atendimento, pela maior parte dos municípios do estado, dos pré-requisitos exigidos para acessar aos recursos do FNHIS.4. No âmbito estadual, a assessora comentou que o Estado firmou o Termo de Adesão ao SNHIS, tendo criado o fundo e seu conselho gestor. Deixou claro que, como o Plano Estadual de Habitação (PEHAB) se encontra em processo de contratação, o Estado vem implementando programas para fazer frente às necessidades habitacionais.5. A conselheira Juliana frisou que, apesar da assinatura do Termo de Adesão, o Estado ainda não faz parte do SNHIS por não possuir o PEHAB, um dos requisitos exigidos.6. Ana Carolina seguiu com a apresentação, indicando que 9 dos municípios do Estado já possuem Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e 49 municípios possuem Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS)

e Fundo Municipal de HIS, dados obtidos a partir de pesquisa junto às prefeituras.

Com relação à estrutura institucional do município, somente 4 municípios possuem secretaria exclusiva para tratar a questão habitacional. Dentre os demais, 16 não possuem estrutura e 68 possuem estrutura subordinada ou compartilhada, sendo a maior parte deles junto à Secretaria de Ação Social.

7. Juliana colocou que, quando a questão habitacional é tratada na secretaria de ação social, o município não pode acessar recursos do BNDES destinados às questões sociais.
8. Seguindo com a pauta, a assessora apresentou o levantamento quanto aos desafios que ainda devem ser enfrentados no âmbito habitacional, quais sejam:
 - Articulação e alinhamento dos Programas e Projetos habitacionais em desenvolvimento com as diretrizes do SNHIS (PMCMV, Programa Nossa Casa, Resolução 460);
 - Fortalecimento, reformulação ou reestruturação das estruturas institucionais ligadas à HIS (órgãos ou secretarias estaduais e municipais);
 - Fortalecimento de instâncias regionais para a gestão e articulação da ação habitacional nas aglomerações urbanas e regiões metropolitanas;
 - Fortalecimento das instâncias de participação e de controle social (Conselhos Estaduais e Municipais);
 - Reformulação e consolidação do arcabouço legal e normativo do setor (elaboração das políticas estadual e municipais, do PEHAB e dos PLHIS);
 - Articulação da intervenção habitacional com o processo de planejamento territorial e urbano (PDMs), com a questão fundiária e com uma política habitacional previamente definida e pactuada com a sociedade civil organizada;
 - Implementação efetiva da Lei Lei 11.888/08, que institui os serviços de assistência técnica gratuitos para a população de baixa renda;
 - Entrada de outros agentes, principalmente na promoção habitacional e na assistência técnica à população;
 - Monitoramento e avaliação permanente da política e programas habitacionais e dos resultados alcançados (instituir uma base de informações).

Ana Carolina salientou, ainda, o papel da comissão temática, conforme regimento interno.

9. Helena deu prosseguimento à reunião, ressaltando os encaminhamentos da reunião ordinária do ConCidadES para a Comissão Temática de Habitação:
 - Levantamento da situação de elaboração dos planos municipais de habitação de interesse social e da criação dos fundos habitacionais nos municípios;
 - Estudar a experiência do Rio Grande do Sul visando subsidiar a criação do banco de terras;
 - Estudar uma forma de produção de loteamentos regulares acessíveis para todas as faixas de renda;

- Propor estratégias para incentivar os municípios na criação dos conselhos de habitação e do fundo.

Quanto ao levantamento da situação de elaboração dos planos, apresentado pela assessora Ana Carolina, Helena ressaltou a importância do papel do conselho em incentivar a implementação dos instrumentos.

10. Nicchio se disponibilizou a contribuir no levantamento da situação dos municípios quanto à implementação dos instrumentos necessários para aderir ao SNHIS.
11. Latussa propôs o mapeamento das informações levantadas, facilitando o entendimento das mesmas. Falou que o setor de geoprocessamento do IJSN poderia ajudar nessa questão.
12. Maria da Silva comentou que sente muita falta de políticas públicas consistentes no município da Serra. Reforçou a importância da regularização fundiária para efetivação da política habitacional. Solicitou uma posição do ConCidadES quanto à documentação dos imóveis que são entregues pelo Estado para HIS.
13. Helena comentou que o ConCidadES, em sua última reunião ordinária, acolheu a solicitação da Comissão quanto ao envio de recomendação à Prefeitura da Serra.
A conselheira sugeriu que a comissão atuasse na estruturação institucional dos municípios no âmbito habitacional.
14. Juliana sugeriu o envio de recomendação aos municípios com o intuito de alertá-los quanto aos prazos para implementação dos instrumentos da política nacional de habitação. Sugeriu, ainda, que fosse realizado um mapeamento da situação municipal antes da proposta de ações visando a estruturação dos municípios.
15. Helena sugeriu que a recomendação fosse enviada diretamente ao órgão municipal responsável pela questão habitacional.
16. Juliana pontuou que o IDURB possui o contato da área de assistência social de diversos municípios, o que poderia facilitar a interlocução.
17. Por consenso, a comissão estabeleceu como linha de trabalho a mobilização dos municípios quanto à sua estruturação para implementação da política habitacional.
18. Helena retomou o encaminhamento do plenário quanto ao estudo de caso do Rio Grande do Sul na implementação de Banco de Terras.
19. Latussa e Helena se responsabilizaram por recolher informações sobre o caso citado no item anterior.
20. Helena aproveitou a oportunidade para comentar sobre o recém criado Comitê de Regularização Fundiária, criado para assessorar os municípios na temática.
Segundo a conselheira, o comitê já aprovou o seu regimento interno e criou 3 grupos de trabalho, sendo um para trabalhar um caso prático, outro para definir as linhas estruturais de atuação do comitê e outro para estudar os instrumentos municipais de regulação do solo.
21. Nicchio destacou que anteriormente era muito difícil conseguir recursos para a HIS, visto que os mesmos eram disponibilizados somente pelo Orçamento Geral da União (OGU). Salientou que nos encontramos em um momento oportuno, tendo em vista a quantidade de programas e recursos disponibilizados

- atualmente, inclusive para a área rural. Entretanto, pontuou o conselheiro, os municípios não estão conseguindo desenvolver os projetos, o que inviabiliza a construção das moradias. Sugeriu, portanto, que o conselho atue neste ponto, buscando apoiar tecnicamente os municípios.
22. Latussa destacou o desafio de integração das políticas de Estado. Reforçou a dificuldade encontrada pelos municípios para o desenvolvimento de projetos, conforme apresentado por Nicchio, pontuando, ainda, a dificuldade em encontrar profissionais qualificados em todos os âmbitos da construção. Sugeriu que a solução passe por capacitar o mercado, pontuando a possibilidade do conselho de trabalhar junto à rede de ensino superior do Estado.
 23. Helena pontuou, ainda, que os terrenos disponibilizados pelos municípios não passam por um processo de avaliação consistente para saber se são viáveis técnica e legalmente.
 24. Nicchio tomou como exemplo a situação do município de São Gabriel da Palha quanto à solicitação de recursos para o PMCMV. Inicialmente, o município disponibilizou um terreno muito inclinado, inviabilizando o desenvolvimento do projeto. Posteriormente, disponibilizou um terreno que estava há mais de 2 km de distância do último bairro.
 25. A assessora Ana Carolina sugeriu que a comissão trabalhasse com foco no acompanhamento do Programa Nossa Casa.
 26. Helena pontuou as dificuldades que está encontrando em estruturar o programa nas estratégias para a área rural. Disse que a política não abarca a área rural, o que dificulta o estabelecimento de critérios e instrumentos.
 27. Por unanimidade, a comissão deliberou como encaminhamento a sensibilização do meio acadêmico para trabalhar com a HIS, especialmente na formação de profissionais.
 28. Latussa pontuou quanto à importância de conhecimento dos diversos programas do Governo do Estado que tratam da capacitação profissional para que a comissão possa enxergar suas possibilidades de atuação.
 29. Neste sentido, a conselheira Helena se responsabilizou por marcar uma agenda com o Senhor Régis da Secretaria de Planejamento.
 30. A assessora Ana Carolina apresentou a recomendação elaborada à prefeitura da Serra, que foi acatada por unanimidade.
 31. Os conselheiros acolheram por unanimidade a solicitação da conselheira Maria Clara para modificação do horário das reuniões, que passarão a ser realizadas no período da tarde.
 32. Por solicitação dos conselheiros, a secretaria geral deverá marcar uma reunião extraordinária em setembro.

Encaminhamentos

1. A conselheira Latussa deverá providenciar o mapeamento das informações passadas quanto à existência de Fundo Municipal de HIS, CMHIS e PLHIS.
2. A conselheira Juliana deverá enviar à Secretaria Geral a minuta da recomendação

elaborada com o intuito de alertar os municípios quanto aos prazos para implementação dos instrumentos da política nacional de habitação, que deverá ser apresentada para deliberação do Plenário visando envio aos municípios.

3. As conselheiras Latussa e Helena deverão recolher informações sobre o caso do Rio Grande do Sul referente à implementação de Banco de Terras.
4. A conselheira Helena deverá agendar reunião com o Senhor Régis da Secretaria de Planejamento.
5. A Secretaria Geral deverá agendar reunião extraordinária da comissão em setembro.

Presentes

Helena Zorzal Nodari

Membro titular

*Instituto de Desenvolvimento Urbano e
Habitação do Estado do Espírito Santo -
IDURB*

Juliana Caran Lima Dias

Membro Suplente

*Instituto de Desenvolvimento Urbano e
Habitação do Estado do Espírito Santo -
IDURB*

Antônio Carlos Nicchio

Membro Titular

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Maria Clara da Silva Pereira

Membro Titular

*Movimento Nacional de Luta pela Moradia -
MNLN*

Latussa Laranja Monteiro

Membro Suplente

Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN

Maria da Silva

Membro Suplente

*Movimento Nacional de Luta pela Moradia -
MNLN*

Ana Carolina dos Santos Machado
Assessoria - Secretaria Geral do Conselho
Estadual das Cidades

Mariana Menezes Vieira de Miranda
Assessoria - Secretaria Geral do Conselho
Estadual das Cidades